

# VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



## Análise do artigo 122 do CP frente a vulnerabilidade das crianças no ambiente virtual

### Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Luiza Rocha Siqueira

Sarah Fernandes Pereira

Thiago Ribeiro De Carvalho

Luciana Leal Martins

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

O crime de Induzimento, Instigação ou Auxílio ao Suicídio e Automutilação está previsto no artigo 122 do Código Penal, visando reprimir condutas que estimule, provoque ou facilite a vítima a atentar contra a própria vida ou praticar atos de lesões contra si mesma.

É notório que a problemática se agrava com o avanço da tecnologia e facilidade de acesso das crianças e adolescentes aos conteúdos virtuais. Diante disso, o legislador previu no §3º, II, a possibilidade de majoração de pena, caso a vítima seja menor de idade, e nos §4º e §5º, quando o crime for cometido por meio virtual, ou se o agente ocupar posição de liderança, ou semelhantes, em grupos ou comunidades virtuais que incentive tais práticas.

Dessa forma, observa-se que antes da legislação ser alterada pela Lei 13.968/2019, o ordenamento jurídico não previa de forma específica e ampla o referido delito praticado no âmbito digital ou quando cometido contra menor de idade.

### Objetivo

Observa-se que o estudo tem como objetivo analisar o crime tipificado no art. 122 do CP e seus respectivos parágrafos, para compreender a evolução legislativa, os riscos e a vulnerabilidade aos quais crianças e adolescentes estão sendo expostos.

### Material e Métodos

Busca-se-á, a partir de pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método dedutivo e referencial teórico para a apresentação das soluções para a questão controvertida. A presente pesquisa científica foi desenvolvida com auxílio de monografias dispostas no Google Acadêmico, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Código Penal (CP) e a Constituição Federal (CF/1988). Além de seguir as específicas instruções concedidas pelo orientador deste artigo, sendo também utilizados vídeos de professores experientes no assunto.

### Resultados e Discussão

Anais do VI Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica: Direito, Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental, 6ª edição, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2025. Anais [...]. Londrina, Editora Científica, 2025. ISBN 978-65-01-76742-0

# VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



Com o avanço tecnológico, grande parte das crianças e jovens que possuem acesso à internet estão reféns da tecnologia, sendo influenciadas negativamente. Torna-se de relevante valor social a discussão sobre o tema, visto o elevado índice de jovens que praticam atos autolesivos ou consumam o suicídio, por influência de pessoas que utilizam as redes sociais para este fim, ferindo o princípio constitucional da proteção integral da criança. Ademais, busca analisar a ampliação da norma trazida pela Lei 13.968, verificando se é suficiente para garantir a proteção integral dos menores. A pesquisa poderá contribuir para alertar a sociedade, formular políticas públicas que as contemplam e promover reflexão crítica sobre a eficiência da Legislação Brasileira.

## Conclusão

A discussão sobre o tema em questão transfere a sensação de irresponsabilidade para a sociedade, tornando-se imprescindível o fortalecimento da Legislação e de medidas para orientar e auxiliar os jovens e crianças sobre o uso da tecnologia e da busca por ajuda quando ocorrer situações que os levem a atentar contra si mesmos.

## Referências

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim; CORRÊA, Victoria Laura Maciel. CRIANÇAS NO AMBIENTE VIRTUAL: ENTRE RISCOS E PROTEÇÃO. ARACÊ , [S. I.], v. 6, n. 2, p. 2730–2745, 2024. DOI: 10.56238/arev6n2-137. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/836>. Acesso em: 29 set. 2025.

CÓDIGO PENAL DE 1940 [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)